

JARI ESTÁ A VENDA

APIRUB 111

Sonho do bilionário Daniel Ludwig de criar na Amazônia centro mundial de produção de celulose é ameaçado por sucessão de erros

Ronaldo Brasiliense
Enviado especial

Monte Dourado (PA) — O gigante está adormecido em plena floresta amazônica. A imensa fábrica de celulose do Projeto Jari, trazida em balsas do Japão, em meados de 1978, em plena ditadura militar, foi paralisada. A ameaça de caos social na região é iminente: o desemprego em massa preocupa uma população de 100 mil pessoas, em quatro municípios localizados na área do entorno do projeto. O sonho do bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig de implantar o maior centro mundial de produção de celulose, num latifúndio de 1,6 milhão de hectares (do tamanho do estado de Sergipe), às margens do rio Jari, nos estados do Pará e Amapá, se transformou num pesadelo.

A situação na Jari Celulose S/A ficou mais dramática a partir do dia 31 de maio passado, quando um incêndio destruiu totalmente os painéis de controle da unidade de geração de energia do projeto, forçando a paralisação da produção de celulose. O golpe veio num momento em que, pela primeira vez desde que foi nacionalizado por 22 grupos empresariais nacionais, com forte apoio governamental, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil, o Projeto Jari caminhava para ter, enfim, auto-suficiência na parte de suprimento florestal.

O incêndio queimou, também, as esperanças dos sócios do projeto, liderados pela Jata, *holding* do grupo Caemi — que comandou o processo de nacionalização do Jari, em 1982 — de tornarem o projeto superavitário antes do final do século. Só nos meses em que a fábrica ficará paralisada, a Jari Celulose deixará de faturar US\$ 45 milhões.

Os governadores Almir Gabriel (PSDB), do Pará, e João Alberto Capiberibe (PSB), do Amapá, têm organizado as bancadas federais de seus estados para evitar o colapso total da Jari Celulose. Isso agravaria o quadro de caos social que já existe há muitos anos na região, principalmente no município de Laranjal do Jari, hoje com 35 mil habitantes. O município surgiu a partir do Beiradão, uma imensa favela implantada às margens do rio Jari, a menos de 500 metros de distância de Monte Dourado, a pomposa sede do Projeto Jari. Lá há luz elétrica, água encanada, esgoto e toda a infra-estrutura.

CRISE SOCIAL

"Muita gente está indo embora, levando mala e cuia", garante Alberto de Andrade, vendedor de bilhetes da empresa de navegação União Transportes. A firma opera em Monte Dourado com o navio São Bartolomeu, que tem saído para Macapá e Belém lotado de trabalhadores de empreiteiras, demitidos após o incêndio nos geradores de energia da fábrica de celulose.

"Temos que buscar soluções para que a crise social na região do projeto não se agrave", prega o governador João Capiberibe. Ele tem acompanhado todas as reuniões que vêm sendo realizadas em Brasília e no Rio de Janeiro em busca de fórmulas para que o projeto tenha continuidade.

"Desde o ano passado estamos procurando um sócio estratégico — que pode inclusive ser majoritário no Projeto — para capitalizar e acelerar a Jari Celulose", afirma Luiz Acatauassu Nunes, diretor de Assuntos Institucionais do Projeto Jari. Ele confirma o que ganha cada vez

mais corpo no mercado: o Projeto Jari está à venda, mas não há à vista compradores interessados.

Com a paralisação da fábrica, o fantasma do desemprego ameaça principalmente os mais de dois mil funcionários diretos e seis mil indiretos que sobrevivem com salários pagos pelas empreiteiras contratadas pela Jari Celulose.

O problema só não é mais grave porque as apólices de seguro cobrem as avárias na unidade de geração de energia e os custos fixos do projeto, incluindo os salários dos 1.800 funcionários da empresa. Somente o reparo nos painéis de controle do grupo gerador que abastece a fábrica de celulose irá requerer um investimento de US\$ 17 milhões.

"A região é muito dependente da Jari", garante Acatauassu Nunes, lembrando que as populações de Monte Dourado, Munguba e São Miguel, no Pará, e Laranjal e Vitória do Jari, no Amapá, têm na fábrica de celulose o maior número de empregos.

"A região lucrou muito pouco com o projeto, que criou um impacto social que o município tem que arcar a duras penas", minimiza o prefeito de Laranjal do Jari, Manoel da Conceição (PT). Ele reconhece, porém, que a Jari Florestal é a maior fonte de emprego para a população da cidade. Laranjal do Jari, nos anos dourados do projeto, não passava de uma imensa favela de palafitas, onde proliferavam a prostituição infantil e a violência.

ERROS

Na sucessão de erros que ocorreu no Projeto Jari desde a nacionalização, em 1982, um dos maiores foi insistir no plantio de gmelina, árvore originária do sudeste asiático, que não se adaptou ao clima amazônico. Hoje, a base florestal da Jari Celulose é formada por 78 mil hectares plantados de eucalyptus *Urograndis*, originário da Austrália, e pinus, utilizados na fabricação de celulose de fibras curta e longa.

Na pressa para implantar o projeto, os donos do Projeto Jari fizeram experimentações com vários tipos de madeira com a fábrica em operação, o que foge dos padrões internacionais da indústria de celulose.

O Projeto Jari também não se consolidou por não ter, ao longo dos anos, conseguido uma fonte externa de energia elétrica. O projeto conta com uma termoeletrônica com capacidade para gerar 55 megawatts, sendo que 50 megawatts abastecem a fábrica de celulose e os outros 5 megawatts garantem o suprimento de energia de Monte Dourado e Munguba, núcleos populacionais do projeto.

Apesar de ter conseguido autorização do Ministério das Minas e Energia para construir a hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Jari, com um investimento de R\$ 125 milhões, a direção do projeto Jari nunca deslanchou a obra. "Nosso negócio é celulose, não geração de energia", justifica Acatauassu Nunes. Ele garante que o comando do Jari se dispõe a repassar a concessão para a construção da hidrelétrica para a própria estatal Eletronorte, ou mesmo a grupos privados interessados em investir na região.

A hidrelétrica de Santo Antonio teria duas turbinas, com 33 megawatts cada, que garantiriam também o fornecimento de energia para vários municípios do Amapá e do Pará. Há críticas veladas dos sócios do projeto à administração do neto do empresário Azevedo Antunes, Guilherme Frering, que insiste em tocar por Paris os rumos da empresa que herdou.

Fotos: Wanderley Pozzebon



A iminente falência do projeto Jari, plantado na fronteira entre Pará e Amapá, às margens do rio de mesmo nome, ameaça uma população de 100 mil pessoas.



Capiberibe: "Soluções para que a crise social não se agrave"

MEMÓRIA

SONHOS AMAZÔNICOS

Daniel Keith Ludwig, bilionário norte-americano, já falecido, era um visionário. Na década de 70, com respaldo dos generais que se revezavam no poder, conseguiu obter da União um latifúndio de 1,6 milhão de hectares. Nessa gigantesca área, além de desflorestar a mata nativa para o plantio de gmelina, pinus e eucalyptus, Ludwig implantou um ambicioso projeto de arroz irrigado na várzea, através da São Raimundo Agroindustrial. Também instalou a Caulim da Amazônia (Cadam) para a produção de caulim, mineral utilizado no branqueamento da celulose, além da CION, companhia de navegação, e da Sasi, para a criação de búfalos.

DERROTA

Daniel Ludwig foi obrigado a vender o projeto em 1982 a um grupo de empresários brasileiros por

pressões governamentais. O principal inimigo do projeto era o vice-almirante Roberto Gama e Silva, à época presidente do Grupo Executivo de Terras do Baixo-Amazonas (Geba), um militar nacionalista que não admitia a existência de um megaprojeto como o Jari nas mãos de um grupo estrangeiro. Pressionado, Ludwig jogou a toalha na lona e vendeu o complexo industrial do Jari, perdendo dinheiro. Morreu em 1995, em Nova Iorque, com 96 anos. Ludwig acabou repetindo na Amazônia a experiência, também derrotada, de outro bilionário norte-americano, Henry Ford, que nas décadas de 30 e 40 tentou implantar em Fordlândia, no rio Tapajós, Pará, o maior centro mundial de produção de borracha através de seringaíis plantados em forma homogênea. Ford acabou sendo derrotado pelas pragas e viu seu projeto falir. (R.B.)

Empréstimo é solução

Não há outra solução à vista, a curto prazo, para retomar a produção de celulose no Projeto Jari, que não a de se recorrer, mais uma vez, ao dinheiro público. Dois dias após o incêndio nos grupos geradores da empresa, seus diretores solicitaram um empréstimo de emergência de R\$ 20 milhões, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para dar início aos trabalhos de reparo dos equipamentos. Já no processo de nacionalização da Companhia do Jari, em 1982, quando Daniel Ludwig vendeu o projeto a um grupo de empresários liderados por Augusto Trajano de Azevedo Antunes, do grupo Caemi, o BNDES e o Banco do Brasil entraram com algo em torno de US\$ 450 milhões para viabilizar o negócio. Desta vez, os sócios da Jari Celulose e da Sasi (Serviços Agrários e Silviculturas) — empresas remanescentes do complexo implantado por Ludwig na Amazônia — pretendem obter um financiamento de R\$ 105 milhões do BNDES. O empréstimo serviria pa-

ra implantar um programa de reaparelhamento da fábrica de celulose, trocando equipamentos obsoletos para ampliar a produção de celulose de 280 mil para 350 mil toneladas/ano.

PODER
Atualmente, o BNDES detém 20% do capital do Projeto Jari, mas não tem um representante sequer no conselho de administração da empresa. Outros 12% estão em poder do Banco do Brasil, 24% estão diluídos no mercado de ações e 44% pertencem à Jata, *holding* do grupo Caemi. Apesar de ter entrado US\$ 300 milhões no Projeto Jari — quase 10% do que arrecadou com a venda da Companhia Vale do Rio Doce — o BNDES não tem qualquer poder de mando para tentar alterar os rumos da administração do Projeto Jari. Analistas do mercado garantem que, caso a Jari Celulose seja vendida, dificilmente conseguirá recursos suficientes para pagar os financiamentos feitos pelo BNDES e Banco do Brasil, com mais prejuízos para os cofres federais. (R.B.)